



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

MASSAS

ÓRGÃO DA TENDÊNCIA PELO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO - MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
CAIXA POSTAL Nº 01171 - CEP 01059-970 - São Paulo; No Nordeste escreva para CAIXA POSTAL Nº 221 - Fortaleza - Ceará - CEP 60001-970
ANO V - nº 87 - 1ª quinzena de abril de 1994 - CR\$ 200,00 - Solidário CR\$ 300,00

O desemprego aumenta

A miséria está insuportável

**Abaixo o Plano FHC, antinacional
e antipopular**

Que a CUT reconvoque a Greve Geral

A CUT realizará seus congressos

É preciso combater o reformismo, o eleitoralismo e o burocratismo.

**Que o Congresso da CUT aprove uma
Campanha Nacional de Luta
e a Greve Geral**

**O imperialismo provoca uma situação de
guerra entre a Coreia do Norte e a Coreia do Sul.**

**Defendamos a autodeterminação da
Coreia do Norte. Fora o imperialismo e
seus agentes capitalistas da Coreia do Sul.**

Crise do Regime se reflete na crise dos Poderes

O choque entre o presidente Itamar e o Supremo Tribunal Federal (STF) é mais um acontecimento da crise do regime político. Havia um acordo entre os ministros militares, Fernando Henrique e o STF de que a medida provisória da URV seria o meio para se chegar à velha reivindicação de isonomia salarial entre os poderes do Estado, ou seja, estender os privilégios para a oficialidade. O STF ao converter os salários em URV, tomando o dia 20 e não o dia 30, acabou por obter um ganho de 10,9% em relação aos demais salários, convertidos no dia 30. Isto significou uma quebra do acordo, dificultando a isonomia exigida pelos militares.

Em razão deste fato, os ministros militares convocaram Itamar para uma reunião, sem que estivessem presentes ministros civis. Foi um claro passo no sentido da tutela das FFAA sobre o governo. Exigiu-se que Itamar impedisse terminantemente o pagamento ao STF. Este reagiu apoiando-se na Constituição e na independência dos Poderes, que abrange inclusive o financeiro. Este problema não esteve circunscrito ao Judiciário, também o Legislativo e várias esferas estatais seguiram o mesmo caminho da fórmula de conversão para se evitar perdas. Sob ameaça dos ministros militares, o Legislativo imediatamente recuou, o mesmo não acontecendo com o STF. Várias tentativas mediadoras entre Itamar e o STF foram feitas, porém fracassadas. Finalmente, com o impasse e com o aumento da pressão da caserna, o STF aprovou uma medida conciliadora. O governo faz o depósito dos 10,9% em juízo e o Con-

gresso modifica a Medida Provisória 434, colocando explicitamente o dia 30 como regra geral da data de conversão.

As ameaças golpistas

Os Ministros militares foram firmes no seu propósito: o Supremo teria de voltar atrás. Itamar chegou a usar a expressão "de que o STF deveria ajoelhar-se". Aí estava a voz de comando dos generais. Um fato tão banal como este, uma vez que estes poderes formam uma camarilha privilegiada, estourou uma crise política de grandes proporções. O grupo Araucária de militares da reserva logo apresentou a solução golpista: fechar o Congresso e convocar eleições, também destituir os juizes e colocar outros em seus lugares. Por outro lado, Itamar deixou de ouvir Fernando Henrique e passou a se pautar exclusivamente pela posição dos generais, numa clara aceitação da tutela.

É importante destacar o retorno da ameaça golpista. Desta vez, o próprio Itamar assumiu o impasse, colocando-se na posição do golpismo. Os militares e a direita civil testam o terreno para ver se encontram apoio da burguesia e de um setor da classe média para uma variante "fugimorista" (Golpe militar no Perú sob a presidência civil de Fujimori).

O papel do reformismo e da burocracia sindical

É neste quadro que a burocracia sindical e o reformismo quebraram a possibilidade da greve geral de 24 horas, marcada por eles próprios. As articulações golpistas tendem a se fortalecer com a desagregação do Estado burguês. Somente o proletariado organizado pode responder às manifestações reacionárias da burguesia frente à crise do Estado. O reformismo, que vê nas eleições presidenciais a solução para os problemas do país e bloqueia as possibilidades da luta direta, favorece o golpismo. A burocracia reformista e direitista, ao anular as Centrais sindicais e os sindicatos frente ao plano econômico recessivo e de arrocho, desarma os oprimidos dos seus meios próprios de luta.

Por essa razão, o PT, no Congresso, trabalha da mesma forma que qualquer partido burguês

para contornar a crise através das negociações de cúpula. Demonstra ser incapaz sequer de compreender que o golpismo é uma variante possível para impedir a chegada de Lula ao poder. Ainda que a possibilidade de golpe para esta finalidade seja remota, não pode ser desconsiderada como fator da crise de regime político. É sintomático o fato do PT se calar completamente frente à tutela militar e suas ameaças.

Não podemos fechar os olhos para a campanha de certos setores burgueses e militares junto à população de fechamento do Congresso. Isto em nome da moralidade e da democracia. As tendências reacionárias da burguesia procuram se utilizar da própria desmoralização de suas instituições corrompidas (Congresso, Justiça, Governo e Partidos) para insuflar as massas despolitizadas e descontentes, criando as condições sociais para um futuro golpe. É a ausência desse respaldo, apesar de que as massas estão completamente injuriadas com a politicagem do Congresso corrupto, que tem atrasado os intentos reacionários. Também é necessário considerar que o imperialismo não deu ainda seu aval favorável ao golpe, provavelmente porque considera imatura a situação.

Trata-se dos revolucionários lançarem uma campanha contra a tendência golpista. É necessário explicar aos trabalhadores que o choque entre o STF e o governo é parte de uma luta intestina no seio da burguesia. Devido a isso os explorados não podem apoiar nenhuma das frações burguesas, devem apresentar sua própria alternativa de luta, colocando-se pela derrubada do plano pró-imperialista de FHC e pela convocação dos Tribunais Populares para julgar a corrupção e os privilégios existentes em todas as esferas estatais. Deve fazer parte dessa campanha a denúncia da burocracia traidora e do reformismo eleitoreiro, que acabam alavancando o golpismo com sua política de colaboração. A defesa das reivindicações elementares dos explorados é a base desta campanha.

Abaixo o plano de fome, miséria e desemprego

Abaixo os privilégios de deputados, juizes, militares, etc.

Fora com o golpismo e a tutela militar do Estado

Toda força à mobilização nacional das massas



O Plano do arrocho

Passado um mês do lançamento da URV, a inflação continua subindo, atingindo mais de 40%. O que quer dizer manutenção e ampliação de perdas salariais. Eis porque os capitalistas querem que o governo proteja o máximo possível o lançamento da nova moeda Real. Os salários indexados em URV são pagos em cruzeiros, que continuam a ser desvalorizados diariamente. Neste ponto, encontramos mais uma farsa do Plano. Quando entrar em vigor a nova moeda, uma espécie de dolarização, os salários continuarão rebaixados e os trabalhadores deverão ficar calados durante um ano como prescreve a Medida Provisória 434. A ilusão de que os salários são corrigidos diariamente pela URV se desfaz quando os assalariados pagam em cruzeiros as mercadorias indexadas em URV e reajustadas acima do valor. Vemos que a URV é uma moeda protetora dos preços e não dos salários. É assim que a burguesia esfolia os trabalhadores.

O que a burguesia espera do Plano

Os industriais estão contentes com a URV. Viram que seus lucros poderão crescer. Os banqueiros estão apreensivos com a possibilidade de queda da inflação, quando entrar em circulação a nova moeda. O governo sabe disso e se dispõe a manter as altas taxas de juros. Os donos do capital financeiro também se preparam para demitir em massa, exigindo mais trabalho dos que permanecem. O imperialismo vê no Plano a continuidade das privatizações e abertura do mercado interno. No Parlamento, os partidos da burguesia, capitaneados pelo PFL, frações do PSDB, PMDB etc, pressionam para que a Revisão Constitucional saia do impasse e cumpra sua tarefa de acabar com o monopólio estatal do petróleo, telecomunicações etc. Os defensores do Plano dizem que a reforma monetária e a tímida reforma tributária anterior (IPMF, FSE) não são suficientes para debelar a crise. Exigem do governo e do Parlamento que façam a reforma pró-imperialista plena.

Mais uma capitulação frente ao FMI

A dívida externa de 120 bilhões de dólares faz do Brasil um refém dos banqueiros internacionais. O governo brasileiro não só paga uma fábula em juros como também sub-

mete a política econômica às pressões do imperialismo. O lançamento do Plano e as novas negociações com o FMI demonstram isso. Um dos fundamentos básicos do Plano é conseguir um superávit no Orçamento do Estado, de forma que este continue com capacidade de pagar os credores externos e internos. A maneira de conseguir este superávit está em aumentar os impostos, reduzir salários e demitir parte dos funcionários públicos, limitar o Orçamento dos municípios e estados, rebaixar as aplicações produtivas estatais, cortar gastos com os serviços sociais (saúde e educação), acabar com a aposentadoria por tempo de serviço e privatizar a Previdência.

A privatização é uma forma de entregar os ativos fixos (fábricas, sistema de comunicação etc) e riquezas naturais em pagamento à dívida externa. Pior ainda, as estatais têm sido sucateadas para justificar perante o povo esta finalidade e, finalmente, são entregues a preços irrisórios. Vemos que a burguesia brasileira é uma vendilhã da pátria. Não pensa um minuto para sacrificar todo o povo em favor dos banqueiros imperialistas. É impressionante a covardia e a conduta de capitulação do Congresso Nacional frente a este Plano e ao acordo com o FMI, que implicou que o ministro Fernando Henrique autorizasse, às escondidas das massas, a compra de bônus do governo norte-americano no valor de 2,8 bilhões de dólares, entregues aos banqueiros. É claro que não poderíamos esperar desta corja corrupta e submissa que tivesse outra atitude frente às exigências das potências. O grave é a passividade e a conivência do PT, que se abriga sob a sombra da burguesia e de uma parcela de seus partidos chamados de "progressistas", como o PSDB.

O "vale-tudo" que não vale-nada

Os burocratas da direção da CUT resolveram desmarcar a greve geral de 24 horas, do dia 23, transformando-a no dia do "vale-tudo". O que aconteceu foram algumas manifestações ultra-limitadas e isoladas. O sindicato metalúrgico de São Bernardo mostrou sua capacidade corporativista mobilizando por algumas horas os operários das grandes montadoras. Os metroviários, que prometiam a paralisação de 24 horas, acabaram também por torná-la incosequente. Os condutores se limitaram a uma manifestação desorganizada na Av.

São João. O ato da Praça Antônio Prado foi um fiasco. Os professores municipais não acataram unanimemente a decisão da assembléia e o sindicato foi parar dentro das galerias da Câmara Municipal. Os professores estaduais contaram com a total má vontade de sua direção. Não há sequer o que falar da Força Sindical, que se contrapôs completamente à greve geral.

Os burocratas corrompidos achararam uma saída para justificar sua colaboração com o governo Itamar. Culparam os trabalhadores por não quererem sair em luta. O tempo todo estes dirigentes conspiraram do lado do governo contra os interesses das massas. Depois as culpam por não confiar em seus sindicatos. A verdade é que a maioria desconfiou desde as primeiras horas do Plano e sabia que este veio para esmagá-la. Não se pode dizer que houve apoio popular ao Plano. A desmoralização do governo e de suas medidas é grande. As inúmeras experiências de vários Planos calejaram aqueles que vivem do trabalho. Ao mesmo tempo, as massas aprenderam também a desconfiar de seus falsos dirigentes. Em todos os ataques às suas condições de vida, a burocracia sindical só fez politicagem, usando os assalariados como massa de manobra. Já está a razão por que as massas olham com desconfiança os chamados desta direção colaboracionista.

Mas não foi só isso que pesou no ânimo dos trabalhadores. Ocorre que a CUT e seus sindicatos não prepararam absolutamente nada para enfrentar o Plano que viria. Marcaram a greve de 24 horas apenas para ameaçar o governo e o Congresso, esperando obter um acordo sobre a base desta fraude. É por isso que representantes da



Comissão de salário do Congresso disseram que não teriam que dar ouvido a Meneguelli porque este estava blefando.

É necessário a campanha nacional de luta

As manobras da burocracia tem custado caro aos trabalhadores. Sem luta, o governo tem descarregado o

peso da crise capitalista sobre as massas. A situação vai piorar ainda mais com a Medida Provisória, que impede as campanhas salariais por 1 ano. Não podemos aceitar o arrocho e estas condições impostas totalitariamente pelo Estado. Ou as bases pressionam seus sindicatos e a Cut para uma grande CAMPANHA NACIONAL DE LUTA, ou a miséria se intensificará.

É necessário opor um Plano Operário ao Plano Burguês de Fernando Henrique Cardoso (

PSDB). Exijamos o salário mínimo real de 500 dólares, reajuste automático, reposição de todas as perdas, redução da jornada de trabalho para 6 horas, etc. Que esta CAMPANHA seja feita à base de manifestações, assembleias, ocupações, para culminar na Greve Geral por tempo indeterminado. Abaixo as manobras parlamentares e políticas da burocracia sindical! Por uma CAMPANHA NACIONAL DE LUTA!

NACIONAL

Monopólios são ponto crítico na Revisão

A revisão constitucional é a forma aparentemente democrática da burguesia nacional aplicar as imposições do imperialismo, no sentido de abrir a economia nacional, entregar a mineração e as telecomunicações ao capital estrangeiro e destruir as conquistas sociais, entre elas a Previdência Social. O ponto mais polêmico tem sido a questão dos monopólios estatais.

A atual Constituição mantém o monopólio estatal sobre o petróleo, mineração e telecomunicações. Quando foram criados, esses monopólios respondiam à necessidade da burguesia em manter sob controle estatal esses setores, por dois motivos: volume muito grande de investimentos necessários à sua implantação, com grandes riscos de prejuízos, e situação estratégica na economia. A perfuração de petróleo, principalmente, exige muito investimento até a descoberta efetiva de poços produtivos. A burguesia nacional, na década de 50, não tinha condições de arcar com esses investimentos de forma privada. As empresas estrangeiras ainda não tinham interesse em

explorar petróleo aqui, preferiam vender o óleo ao Brasil. Agora, depois da crise do petróleo em 1974 e de muitas perfurações feitas com recurso público para localizar poços produtivos, o imperialismo pretende passar a exploração de petróleo para suas mãos. Coisa semelhante ocorre em relação à mineração em geral. Trata-se da utilização de dinheiro público, sugado dos mínguaos salários dos trabalhadores, para criar as condições para a exploração pelo capital estrangeiro dos recursos do país.

As telecomunicações tiveram grande impulso durante o regime militar. Uma de suas funções era facilitar a centralização do país pelo governo federal ditatorial. Agora que os custos maiores já foram assumidos pelo Estado e que as telecomunicações se tornaram negócio lucrativo, o imperialismo pretende assumir seu controle.

O governo e a burguesia têm feito um discurso de que a revisão constitucional acabará com os monopólios em geral e estimulará a livre concorrência. Trata-se de uma mentira deslavada. Com o fim do monopólio estatal, será colocado em seu lugar o monopólio privado e sob controle do capital estrangeiro. Nas telecomunicações já está ocorrendo isso. Os grupos imperialistas AT&T e a Motorola já saíram na frente e dominam a telefonia celular. Alguém duvida que serão a Shell, a Hudson etc. que dominarão o petróleo? O resultado dessa entrega será a desnacionalização da Petrobrás e Telebrás, a oligopolização desses setores e conseqüentemente a imposição das determinações imperialistas sobre a economia do Brasil. Esses setores funcionarão

da mesma forma que o químico-farmacêutico: os preços serão fixados de acordo com a vontade das multinacionais e os assalariados terão que pagar. E os monopólios privados? Estes não serão questionados de fato pelo Congresso, pois são eles que exercem de fato o poder no país, seja através de *lobbies* de deputados, seja pela corrupção.

O capitalismo já passou há muito tempo pela fase concorrencial. O século 20 marca a passagem do capitalismo para sua etapa imperialista, de domínio dos monopólios sobre a economia, de domínio de alguns países sobre a economia mundial, de guerras comerciais e bélicas de uns poucos países desenvolvidos pelo controle do mercado mundial. Não existe mais a livre concorrência, porque alguns grupos multinacionais controlam toda a economia do planeta. Achar que é possível acabar com os monopólios privados no interior do capitalismo é querer voltar atrás no tempo. A luta para acabar com o poder dos monopólios é a luta contra o imperialismo e a burguesia, pela sua expropriação.

Os revolucionários defendem o monopólio estatal existente contra o aumento da opressão nacional, procurando desenvolver a luta pelo controle operário da produção. Entendem que trata-se de uma reivindicação transitória na luta pela derrubada da burguesia do poder através da revolução proletária, única forma de emancipar realmente a nação do jugo imperialista.

Nada de privatizaras estatais! Em defesa do estatismo! Fora o imperialismo!



30 anos do golpe de 1964

O golpe militar é o último recurso empregado pela burguesia para evitar que a crise econômica, política e social avance rumo ao confronto aberto entre as classes (crise revolucionária). É utilizado em última instância, porque, ao eliminar a democracia burguesa, restringe até a participação de frações burguesas no controle do Estado. No Brasil, não foi diferente.

No capitalismo, o regime político mais adequado para a burguesia exercer sua ditadura de classe é a democracia burguesa. Através dela, as frações burguesas disputam entre si o controle das instituições do Estado, condução da política econômica etc., resolvem seus conflitos e arrastam as massas a apoiá-las, desviando-as da luta direta e enganando-as com as ilusões democráticas.

O capitalismo desenvolveu-se passando por seguidas crises cíclicas. Na etapa imperialista, as crises vão se tornando cada vez mais complexas e de difícil superação, pelo esgotamento do mercado mundial. As crises econômicas vão minando as bases de sustentação dos regimes políticos. As massas levantam-se contra os ataques cada vez maiores às suas condições de vida e as frações burguesas se dividem e se chocam para ver quem sobrevive às tendências de destruição das forças produtivas impostas pelas crises de superprodução. Os regimes políticos entram em crise e, mediante agravamento da situação, abrem-se duas possibilidades: a formação transitória de governos de coalizão que incorporam as direções do movimento de massas; e a ação golpista de uma fração burguesa que se apóia no aparato repressivo e assume o controle do Estado, excluindo as frações minoritárias e governando através do enrijecimento da repressão.

Nos países semicoloniais, a ditadura militar cumpre uma função de centralização à força diante da ameaça de desintegração nacional. A incapacidade da burguesia em conquistar uma real unidade nacional e a fragilidade dos regimes políticos, decorrente do atraso econômico e das crises capitalistas mundiais que atingem mais duramente os países atrasados, alimentam sistemáticas tendências

golpistas.

O golpe de 31 de março de 1964 é expressão da necessidade do imperialismo e do grande capital nacional de conter a crise política e a luta de classes que avançava no Brasil. A imprensa burguesa tem apresentado o golpe de 1964 como um acidente histórico, causado pelo descontentamento das forças armadas com a ingerência do poder civil e pelo receio da classe média diante da possibilidade de uma revolução comunista. Ocultam o papel que o imperialismo norte-americano teve na preparação e execução do golpe, ressaltando apenas que havia movimentos anteriores nos quartéis, devido à insatisfação com a posse de Juscelino em 56, a resistência à posse de João Goulart em 61 e os levantes de sargentos e marinheiros. Mas é importante lembrar que um dos principais articuladores do golpe foi o embaixador norte-americano, Lincoln Gordon, juntamente a generais que foram treinados nos EUA, e que a 6ª frota da marinha americana se deslocou até o Rio de Janeiro, onde estava na ocasião o presidente J. Goulart, para garantir o sucesso do movimento golpista. No golpe de Pinochet, no Chile, em 1976, foi a mesma 6ª frota que se aproximou de suas costas e inclusive chegou a realizar operações no território chileno para garantir a vitória do golpe.

Para o imperialismo, interessava uma mudança governamental que excluísse os nacionalistas que cumpriram um papel de desenvolvimento da indústria de base no país desde a década de 30, mas que em 64 se chocavam com a necessidade imperialista de implantar indústrias multinacionais, que se utilizariam da mão de obra barata e da infraestrutura montada para produzir com baixo custo para o mercado externo. E que implantasse um governo capaz de conter os conflitos sociais.

O movimento golpista favoreceu o imperialismo, abrindo a economia e subsidiando a instalação de multinacionais (principalmente automotivas), tomando vultosos empréstimos que ajudaram a desfocar o excedente de capital no mercado financeiro internacional e aumentaram a dependência externa do Brasil. Por fim, exercendo

forte repressão que eliminou fisicamente direções do movimento de massas. O apoio do imperialismo ao golpe durou até o final da ditadura, quando esta começou a se chocar com o movimento de massas e com a política internacional imperialista de democratização dos Estados, na década de 80.

Outro fator negligenciado pela imprensa burguesa foi a ausência de resistência ao golpe. Naquele momento, a principal corrente nas direções das organizações de massa era o PCB. Roberto Freire, hoje principal dirigente do estalinismo falido, confirmou recentemente num artigo ao jornal "O Estado de S. Paulo" que a orientação partidária era a não resistência. A única força que seria capaz de fazer frente ao golpe, o movimento operário e camponês, se retraiu diante da arremetida golpista. A traição da direção do PCB custou depois a vida de centenas de militantes, mortos pela repressão militar.

O golpe militar se apresentou como salvador da democracia, ameaçada pela crise política, econômica e social. Pouco mais de um ano depois, quando deveriam haver eleições, o que veio foi o Ato Institucional, que inaugurou um período de violência e autoritarismo contra as massas, estendendo-se até a década de 80.

Os governos militares se apoiaram nos empréstimos externos (a dívida externa se multiplicou por dez) e num brutal arrocho salarial para produzir um crescimento econômico de cerca de 7% ao ano, no início da década de 70.

NACIONAL



Foi o chamado "milagre econômico". Mas a crise mundial, iniciada a partir de 1974 com a crise do petróleo, atingiu a ditadura no final da década. O quadro foi semelhante em outros países vizinhos, como Argentina e Uruguai. O imperialismo passou a articular a democratização gradual desses regimes políticos para que, em comum acordo com os militares e garantindo a manutenção do aparato repressivo e a anistia de seus crimes, se restabelecesse o poder civil eleito. A transição democrática veio para mudar o regime sem

Nacional

riscos. A oposição burguesa colaborou ativamente para sufocar e derrotar as mobilizações de massas que exigiam o fim da ditadura. Mas os regimes democráticos instalados se defrontaram com o prosseguimento e agravamento da crise mundial capitalista, e logo entraram também em crise.

Os governos que se seguiram aos militares, Sarney, Collor e Itamar, foram governos de crise, expressando a crise do regime político. Nesse período, tendências golpistas vêm se gestando no interior da burguesia e das forças armadas. Prepararam-se para agir num momento futuro em que a democracia burguesa se torne absolutamente incapaz de conter o avanço da crise e as

massas. Na história política do Brasil, as tendências golpistas revezam com as democráticas na direção do Estado burguês. A alternância de poder entre elas só pode ser quebrada pela insurgência do proletariado como classe capaz de dirigir a nação oprimida e acabar com a exploração de classe.

Como se vê, o golpe não se tratou de acidente histórico, mas respondeu às necessidades do imperialismo e da burguesia nacional. O proletariado precisa tirar as lições dessa experiência, construir seu partido revolucionário e preparar-se para enfrentar a burguesia, para que o avanço da crise desemboque na revolução proletária e não no fascismo.

Os delegados da T.POR para os Congressos da CUT apoiam-se numa resolução, que reproduziremos em parte neste Jornal. Chamamos todas as Correntes que se reivindicam da independência de classe, contra a burocratização da CUT e da luta anti-imperialista e anticapitalista a formarem uma frente contra as teses do reformismo. Para esta frente, apresentamos uma Resolução, que rebate o eleitoralismo e se contrapõe ao objetivo do PT de fazer dos sindicatos e da CUT instrumentos da política parlamentar. É claro que as Correntes centristas, que pretendem fazer da CUT uma alavanca eleitoral para a candidatura de Lula não podem constituir uma frente revolucionária contra o reformismo e a burocracia que o representa. É o caso do PSTU que defende em suas teses que o Congresso da CUT se alinhe inteiramente à campanha eleitoral em torno de Lula. Defendemos que o PSTU abandone esta linha de adaptação ao eleitoralismo e ao reformismo petista.

Congresso da CUT

Balanço da CUT

1. Avaliar o trabalho da CUT significa julgar a política do reformismo petista e seus satélites. Não podemos admitir a farsa de que a CUT é independente dos partidos políticos, como sempre foi apregoado pela burocracia sindical ligada à cúpula dirigente do PT. Quase sempre os balanços apresentados não passam de formalidades e de críticas pontuais a esta ou aquela falha. É necessário que apontemos o essencial da avaliação. A direção reformista tem submetido gradualmente a Central sindical ao Estado e à política burguesa. A ascensão do PT ao Parlamento reforçou a diretriz de que as reivindicações dos trabalhadores serão resolvidas pela via legislativa. Nesse sentido, a CUT e os sindicatos não passam de auxiliares da luta reformista no Parlamento. E a ação direta das massas não devem ultrapassar os limites da pressão democrática, ou seja, os limites das instituições estatais. A introdução do eleitoralismo e dos métodos de negociações de cúpula são responsáveis pela marginalização do proletariado de seus organismos e a consequente burocratização. As mudanças estatutárias restritivas à influência das bases nas decisões do Congresso, a mudança de composição de classe dos delegados (que reduz a presença física do proletariado) e a implantação da estrutura paralela corporativista das Federações expressam a orientação do reformismo.

2. A filiação da CUT à CIOSL não se constituiu num acontecimento

secundário. Nem mesmo num fato que não limite a independência da Central, como os reformistas pretendem qualificar. Ao contrário, resultou num tremendo golpe à sua capacidade de mobilização dos explorados. A filiação submeteu a CUT à política internacional da social-democracia. A direção petista teve um cálculo preciso, ou seja, o de ganhar apoio de um setor da burguesia para estabelecer um período de colaboração de classes. É o que os reformistas comumente chamam de "democratização econômica e política do país". Está aí porque a cúpula petista dominante trabalha por uma aliança estratégica de governabilidade com o PSDB.

3. A direção da CUT, perante a crise do regime político, vem se pautando pela defesa da governabilidade. Sob Collor, a direção se submeteu à orientação dos partidos burgueses e do PT de encontrar uma saída institucional para a bancarrota do governo corrupto. Tratou de colocar a Central e os sindicatos à mercê da frente burguesa pelo impeachment. Fez isto desvinculando a luta contra a corrupção das reivindicações elementares e do combate antiimperialista. Ao invés de trabalhar pela mobilização dos explorados por suas reivindicações, fazendo a ligação com a necessidade de pôr abaixo o governo antinacional e antipopular, a ação da Central restringiu-se aos atos públicos e festivos de pressão sobre o Congresso. Enquanto isso, a inflação corroía os salários e o desemprego crescia com as demissões. Em outubro e novembro, em plena campanha salarial de mais de 1



milhão de assalariados, a CUT e a maioria dos sindicatos deixaram de lutar pelas necessidades vitais e se dedicaram exclusivamente à campanha burguesa do impeachment. Nesse mesmo quadro, a Central é amordaçada pela campanha eleitoral às prefeituras. Um ponto essencial da avaliação da CUT é a contradição entre as necessidades dos explorados - acossados pela expropriação inflacionária, pelo desemprego e pelos planos violentos - e a direção eleitoral-reformista.

4. A suspensão da greve geral de 24 horas do dia 23 de março foi mais uma demonstração da tolerância da burocracia com os planos esfomeadores. Os burocratas sempre culpam os trabalhadores com o argumento de que não querem lutar. Escondem sua responsabilidade por não prepararem politicamente as massas, quando a burguesia manobrava abertamente para lançar o Plano expropriador. A passividade e a demagogia verbal são os componentes da convivência das direções sindicais burocratizadas com a democracia burguesa. Assim as forças pró-imperialistas se aproveitam para conspirarem e agirem livremente contra a economia nacional e as massas. A Revisão Constitucional pretendida conta com a inércia do movimento operário. O posicionamento da Central joga a favor desta inércia ao renunciar à luta unitária nacional dos explorados pelas reivindicações básicas (salário mínimo real, escala móvel de reajustes, redução da jornada sem redução do salário etc). O mesmo tem ocorrido com a falta de empenho em rechaçar o Plano de desestatização.

5. A burocratização da Central se assenta na burocratização generalizada dos sindicatos. A política reformista constituiu ao longo destes anos uma rede de dirigentes sindicais carreiristas, profundamente adaptados ao aparelhismo. A corrupção e o gangsterismo vêm tomando conta das organizações sindicais, o que as desmoralizam e as afastam das bases. O episódio do assassinato de presidente do sindicato dos rodoviários do ABC é um exemplo extremado desta situação. A burguesia, aproveitando-se disso, devido a disputas eleitorais e a pressões no interior do Estado, lançou a CPI da CUT. Seu objetivo não é o de combater a corrupção, mas o de utilizá-la para intervir nas organizações operárias. Os burocratas que apoiaram a CPI do Orçamento, contrapondo-se a uma posição independente dos explorados (convocação de Tribunais Populares), logo correram ao Senado para entregar

os livros de contabilidade da Central. O espírito de compromisso e submissão ao Estado chegou a tal ponto. O que os burocratas não podem fazer é convocar assembleias em todos os sindicatos para investigar, julgar e expulsar as direções corrompidas.

6. Conclusões do balanço:

a) É necessário que as bases operárias e a sua vanguarda lutem pela independência da Central frente ao reformismo conciliador, ao burocratismo das direções e a toda a variante da política burguesa;

b) O instrumento de sustentação da independência sindical é a da ampla democracia operária, completamente desfigurada pelo reformismo. Cabe restabelecer os mecanismos de decisão e de representação em que as bases operárias influenciem decididamente. O que quer dizer constituir a representação operária majoritária nos Congressos da CUT, eleita amplamente desde as fábricas. É necessário também liquidar com o paralelismo e o corporativismo das Federações;

c) A aliança operária e camponesa deve ser construída na luta de classes e servir de fundamento para a centralização de todos os oprimidos numa Central Única, classista, de massa e revolucionária;

d) Reconstruir a CUT sob a base de um programa de luta antiimperialista e anticapitalista. Trata-se de rechaçar o divisionismo e os métodos do sindicalismo colaboracionista do reformismo e da direita (Força Sindical). O proletariado necessita de uma Central que de fato centralize e unifique nacionalmente os trabalhadores contra o Estado burguês;

e) É necessário derrotar a estratégia do governo democrático e popular que submete os sindicatos ao Estado e os corrompe com o eleitoralismo. Isto quer dizer adotar a estratégia revolucionária da destruição do capitalismo, ou seja, da luta por um governo operário e camponês (revolução e ditadura proletárias);

f) Romper com a CIOSL e combater toda influência social democrata no interior dos sindicatos e Central, por corresponder à ideologia burguesa no seio do movimento operário;

g) Construir uma nova direção que assuma estas tarefas e esteja de posse do método da ação direta e da organização independente do proletariado;

h) Defesa das organizações de base da CUT- Regionais e Zonais;

i) Defesa das oposições sindicais. Impulsionar o trabalho de der-

rubada do peleguismo e construção de novas direções classistas.

Plano de Lutas

1. Rechaçar integralmente o Plano FHC. Que se aprove uma campanha nacional de luta pela derrubada do Plano. Não se trata de responder apenas ao confisco salarial, embutido na conversão pela média e na exclusão da inflação do mês de fevereiro. O governo tem o objetivo mais amplo de impor medidas desestatizantes e desnacionalizadoras;

2. Rebater toda e qualquer privatização. A CUT não deve aceitar o argumento reformista de que alguns setores estratégicos devem continuar estatais e outros, não estratégicos, serem privatizados. Trata-se de uma concessão ao imperialismo. A defesa do estatismo, sob o controle operário, é uma luta antiimperialista, que travada consequentemente conduz à luta anticapitalista. O objetivo deste enfrentamento é o de amadurecer as condições para a expropriação do grande capital. A luta antiimperialista exige o rompimento total com os credores internacionais, não pagando a dívida externa;

3. Estabelecer um plano de expansão e unificação do movimento dos sem-terra, tendo por método a ocupação. Desenvolver a bandeira da revolução agrária, pela liquidação da propriedade latifundiária da terra. Rechaçar a distinção feita pelos reformistas entre latifúndio produtivo e improdutivo, bem como as ilusões da possibilidade do Estado burguês, sob o governo democrático e popular, vir a realizar a reforma agrária. A luta pela terra deve vir acompanhada pelo trabalho de unidade operária e camponesa. A tarefa é de organizar os comitês

NACIONAL



de auto-defesa e de organização das ocupações;

4. A CUT deve organizar em suas fileiras o movimento popular pela moradia, saúde e educação. A destruição das conquistas sociais está em pleno andamento. O Plano FHC reforça o sucateamento dos serviços públicos. É preciso superar a fragmentação do movimento popular, seu distanciamento do movimento operário e emancipá-lo do oportunismo eleitoral. A organização nacional em defesa da moradia, ocupando, construindo e resistindo, poderá unificar as reivindicações populares e concentrar forças para exigir do governo os recursos para atender as necessidades dos trabalhadores;

5. Defender a vida das massas. A CUT deve se colocar pela campanha nacional em defesa do salário mínimo real de 500 dólares, escala móvel de reajustes, reposição de todas as perdas. Não podemos admitir o reajuste anual previsto pelo Plano FHC. Esta é uma tentativa de perpetuar a fome e impedir a mobilização dos oprimidos. Faz parte desta luta a defesa das reivindicações dos aposentados, que vivem à míngua

com os baixos salários.

6. O desemprego vem crescendo pela combinação da recessão com as inovações tecnológicas. Tem crescido a produtividade, ao mesmo tempo que as demissões e o desemprego. Este flagelo do capitalismo se agudiza na situação de crise como esta. A burocracia tem se conformado com migalhas obtidas nas Câmaras Setoriais, sendo responsável pela onda de demissão sem resistência operária. Não só isso, as tentativas de resistência têm sido quebradas pelo isolamento (Cofap, Brastemp etc). Também a implantação da tercerização e das agências de emprego vêm no sentido de favorecer os capitalistas e sacrificar emprego dos trabalhadores. Depois da demagogia da "Campanha contra a fome", é a vez da farsa da campanha pelo emprego que consiste em mendigar abertura de trabalho para os capitalistas. A CUT deve denunciar esta manobra burguesa. A luta operária exige a redução inicial da jornada de trabalho para 6 horas diárias, sem redução dos salários, seguida de estabilidade no emprego. O objetivo da CUT deve ser o de lutar pela escala móvel das horas de trabalho. Neste mesmo sentido, é necessário rejeitar a intenção do governo de acabar com a estabilidade do funcionalismo público.

7. A CUT não deve aceitar nenhuma reforma fiscal que atinja os assalariados. Quem de fato arca com os impostos são os trabalhadores. Que apenas a burguesia os pague.

8. A corrupção é uma praga própria do capitalismo e do Estado

burguês. Enquanto o governo expropria salários e os trabalhadores passam fome, a máfia burguesa se utiliza dos fundos públicos. Para se varrer com esta imoralidade é necessário um grande movimento de massas que ganhe as ruas. O fracasso da CPI demonstrou sua verdadeira função: a de proteger as instituições burguesas, fonte da corrupção. A CUT deve assumir a bandeira dos Tribunais Populares, organismos de massa criados na luta.

9. O congresso da CUT deve rejeitar as manobras eleitorais do reformismo e os argumentos favoráveis às alianças burguesas sob o rótulo de "unidade democrática e popular". O PT para receber apoio da CUT teria de romper completamente com a burguesia e se colocar no campo da luta revolucionária pelo socialismo. Uma vez guiado pelo reformismo pró-capitalista e pela política de alianças com os partidos burgueses, não pode receber o apoio da CUT, com pena de aprofundar a quebra da independência de classe. Sem o rompimento com a burguesia, os oprimidos devem votar nulo nas eleições presidenciais, em defesa de suas reivindicações e do método da ação direta. O objetivo estratégico do proletariado não é substituir um governo burguês por outro de tinteira reformista e populista. Se as condições políticas não estão maduras para derrubar o governo antinacional e antipopular, é nosso dever criá-las. Por isso a estratégia da CUT deve ser o da luta pelo governo operário e camponês. Nossa bandeira é "Abaixo o Governo Antipopular e Antinacional de Itamar"!

Plano do PSTU para a CUT alimenta as ilusões eleitorais

O projeto de teses do PSTU para o V Congresso Nacional da CUT fundamenta-se em um "programa alternativo dos trabalhadores". Trata-se de uma plataforma que baseia-se basicamente na possibilidade de conquista da presidência da República nas próximas eleições por Lula. O PSTU caracteriza Lula como "o candidato dos trabalhadores", e propõe-se a exigir-lhe a

adoção de seu programa. Reconhece-se que Lula não tem esse programa, que tem negociado com "representantes da classe burguesa" e construído "alianças com partidos da classe inimiga", que farão do futuro governo "refém dos interesses patronais e não permitirá que impulsione a transformação que precisamos para avançar rumo ao socialismo."

Porém o PSTU não coloca nada sobre a possibilidade de Lula não adotar o programa proposto, manter sua trajetória atual, prosseguir com as negociações com o patronato e colocar-se nas eleições apoiado

numa aliança com setores da burguesia, que fatalmente o tornará refém dos interesses patronais.

Nessas condições, o PSTU deixaria de apoiá-lo nas eleições? Não. O PSTU propõe desde já que se vote em Lula, "contra todos os candidatos patronais". Então, para que serve a propositura de um programa que aponta para a estatização do sistema financeiro, para o rompimento com o imperialismo, para a reforma agrária sob controle dos trabalhadores etc.? Só pode servir para enfeitar, com um discurso pseudo-esquerdista, o apoio ao candidato da frente popular.



Lula não é o candidato dos trabalhadores. É o candidato que expressará nas eleições uma fusão contraditória entre a linha social-democrata pró-imperialista e o reformismo nacionalista de uma fração da burguesia. Um dos pontos que comprova essa contradição é a posição programática frente às privatizações, a dívida externa e a caracterização do capital estrangeiro. Será um instrumento importante para a burguesia no sentido de arrastar as massas para a via eleitoral, desviando-as da utilização de seus próprios métodos de luta e confiando na solução pela via eleitoral. Só chegará ao poder do Estado se conseguir amplo apoio do poder econômico, assim estará subordinado a ele. Por isso se constituirá num governo burguês e expressará as tendências que são majoritárias no interior da burguesia. O Estado Nacional não é um instrumento neutro na luta de classes, que possa ser utilizado por

qualquer classe em benefício próprio. É sim um aparato da burguesia para manter sua exploração e dominação sobre as outras classes, através do engano eleitoral e institucional ou da repressão direta.

A experiência histórica já mostrou que a luta para acabar com a exploração de classes passa necessariamente pela destruição do Estado burguês e construção de um Estado Operário. Essa mudança histórica não pode ser alcançada pela via eleitoral, que é dominada pela burguesia, mas sim pela ação direta das massas, pela via insurrecional.

Sabemos que não podemos saltar as ilusões democráticas das massas. O partido revolucionário está obrigado a intervir nas eleições. Na sua ausência e nas condições de que o reformismo está de mãos dadas com uma ala da burguesia, pronto para trair, não temos como defender um programa revolucionário e chamar o voto no PT ao

mesmo tempo.

O PSTU entende ser possível a conquista do poder do Estado pelos trabalhadores através da via eleitoral. É o chamado *governo dos trabalhadores*. Por isso, apóia toda a sua formulação política nessa possibilidade. O programa que apresenta ao Congresso da CUT baseia-se nela. Por isso todas as propostas estão voltadas para ações governamentais, que para serem aplicadas dependem do apoio e mobilização popular. Se aplicada, essa política colocaria a CUT a sustentar e arrastar as massas a apoiarem uma candidatura que estará comprometida com a burguesia e, em caso de vitória de Lula, a apoiar um governo burguês.

NACIONAL

Plano de governo do PT:

Igreja e Aborto

O Projeto de Programa de Governo do PT, lançado em março e a ser aprovado definitivamente em maio, abriu um conflito inesperado com a Igreja num dos pontos: o aborto. No Programa, consta a formulação: "regularizar o atendimento do aborto em condições seguras através do serviço público". Embora o texto não faça a defesa do direito do aborto, a Igreja o tachou de herege.

O candidato Lula logo saiu a explicar a diferença entre defender o direito ao aborto e o direito à saúde pública para as mulheres que o praticaram clandestinamente. O raciocínio do petista se baseia na inevitabilidade social do aborto, que atinge milhões de mulheres. Baseado em dados, o Programa mostra que a mortalidade materna é grande, sendo o aborto uma das causas de maior incidência.

A conclusão dos reformistas é que o governo do PT regulamentaria o atendimento ao aborto para os caos já concluídos. Porém, o texto é propositadamente ambíguo. Mesmo assim a Igreja não o admitiu. O que traz um prejuízo eleitoral irreparável para o PT. Sem o apoio da chamada ala progressista, o PT não tem como ganhar as eleições. Preocupado, o coordenador do Programa, Marco Aurélio Garcia, reconheceu: "Como está no texto, permite a interpretação de defesa da discrimi-

nalização" (Estadão/18/3). (Neste mesmo sentido, foi considerado um problema ultrasecundário a opressão sobre os homossexuais). Desta forma, o PT assume a posição da Igreja de manter o aborto como um ato criminosos e clandestino.

A opressão sobre a mulher

O aborto é uma das formas de opressão sobre a mulher. O Estado capitalista não pode se responsabilizar pela proteção da função maternal das mulheres. Embora os números são estarrecedores, sendo os efeitos dos abortos clandestinos mutiladores e até mortíferos, este é considerado como crime. O princípio do direito à vida da Igreja mal disfarça a hipocrisia e a mentira. Esta instituição colabora politicamente com a burguesia e é defensora do princípio da propriedade privada dos meios de produção, de onde se origina todo tipo de opressão social.

Os 32 milhões que vivem na pobreza absoluta, a prostituição de 500 mil menores, os milhares de assassinatos de crianças etc são frutos do capitalismo. Entretanto, os bispos da CNBB, tendo acima todo o Vaticano, são guardas santos protetores dos monopólios (indústrias, latifundiários, banqueiros etc). No sistema de exploração do

trabalho, nunca existiu e nunca existirá o direito à vida, a não ser para os donos do capital e para os santos padres.

A defesa do direito ao aborto, não apenas jurídico, mas material (aborto, assistência médica e orientação gratuitos), é o verdadeiro direito à vida para as mulheres que engravidam e não podem ter seus filhos nas condições totalmente adversas, (econômica e social). Sob o Estado Operário, que nascerá da revolução, nenhuma mulher precisa fazer o aborto porque o Estado se dispõe a cuidar das crianças. E haverá uma luta sem trégua contra a moralidade opressora das sociedades de classes, que sempre escravizaram o sexo feminino. O PT, ao aceitar o obscurantismo da Igreja, para receber votos, se coloca a favor da manutenção da opressão em geral.



I Encontro da Cidade de São Paulo do movimento de saúde

No dia 19 de março, realizou-se o I Encontro da Saúde da cidade de São Paulo. Estavam presentes os Conselhos Populares Estaduais e os Conselhos Gestores Municipais. O Encontro tinha como finalidade discutir um plano de lutas para o movimento. A preocupação dos organizadores é a de que este movimento está em refluxo. Pela pesquisa realizada ficou comprovado que é muito pouco conhecido ou reconhecido pela população. Isto é extremamente grave para aqueles que querem utilizá-lo nesse ano eleitoral. Parece que isso tocou muito as direções petistas, preocupadas com as eleições de 94.

As discussões se centraram na luta contra as privatizações e a tercerização. Para isso, é necessário colocar o movimento de saúde nas ruas. Aprovou-se a realização de atos regionais e gerais.

Apesar de ter aprovado corretamente a luta contra a privatização e a tercerização da saúde, não há um entendimento de que se trata da política central do Estado. A privatização dos serviços sociais (saúde e educação) é uma meta imposta pelos países credores (imperialistas). O governo brasilei-

ro assumiu o compromisso de cortar gastos e expandir o processo de privatização da saúde pública. O objetivo é pagar a dívida externa e para isso é preciso reduzir os recursos para estes setores. Portanto, a privatização e tercerização não são medidas particulares do governo Fleury ou Maluf. Estes estão assumindo o que foi deliberado pelo governo federal. O que transparece é que as direções petistas estão mais preocupadas em derrotar eleitoralmente Maluf (daí o saudosismo da administração Erundina) do que a luta real contra as privatizações.

Nesse I Encontro faltou uma discussão sobre a luta em defesa de um único sistema de saúde, estatal e controlado pelos usuários e funcionários. A direção do movimento não tem levantado essa bandeira. Acreditamos que o sistema único de saúde é a via de pôr fim na rede privada e em toda máfia dos convênios médicos. Esta reivindicação deve ser assumida pelo conjunto dos trabalhadores, principalmente a classe operária, que sente na pele os problemas do sucateamento dos postos de saúde, da falta de hospitais, remédios e o avanço da privatização dos serviços de saúde.

Não basta eleger os conselhos de saúde nos bairros. É preciso que estes sejam capazes de organizar os moradores para as ações de rua. A simples pressão parlamentar, ofícios aos administradores etc já comprovaram que são insuficientes. Se não houver grandes manifestações, envolvendo os sindicatos, CUT, associações de bairro etc não é possível derrotar a política privatista dos governos.

A Corrente Proletária na Saúde chama os trabalhadores para discutir es-

ses problemas e organizar de fato a luta contra a privatização e a tercerização.

Jardim Santo André

Os moradores da Pouso do Capim Grosso estão dispostos a retomarem a luta pela canalização do córrego. Este só tem contribuído com a proliferação de ratos, que invadem as casas vizinhas.

Depois de muitas promessas eleitorais e nada resolvido, os moradores resolveram se organizar e denunciar toda a calamidade a que estão submetidos. Por isso, prepararam um ato com o apoio do conselho de saúde.

Alguns membros do PT, ligados ao vereador Devanir Ribeiro, tomaram a decisão de convidá-lo para a assembleia sem consultar a todos. O conflito se instalou pelo fato de terem tomado decisões a parte e, também, porque este vereador fez promessas de solucionar o problema do córrego e não cumpriu. Os moradores, cansados desse tipo de conduta e de serem enganados, protestaram com cartazes a presença do vereador petista.

A realização do ato deve servir como o início de uma luta. É preciso que organizemos as comissões de rua e unifiquemos com o bairro. A mobilização deve ser ampliada, para que possa se transformar num forte movimento em defesa das condições dignas de saúde. O método da ação direta (movimentos de rua) é o caminho para exigir do governo as melhorias dos bairros operários (canalização, esgotos, postos de saúde etc).

Cólera no Ceará

Desde 1993, é no Ceará onde se registra o maior número de casos de cólera no país. Só neste ano, até 24 de fevereiro, foram apontados 11983 casos confirmados, com 39 mortes.

O Ceará já tinha os maiores índices da doença em 1993. Isto foi tratado com absoluta negligência pelo governo (PSDB) e pela prefeitura da capital (PMDB), que preferiram abafar ao máximo o assunto para não prejudicar o fluxo de turistas.

A situação se tornou incontrolável quando, no ano passado, o governador Ciro usou a água salgada do açude Choro-Limão

para o consumo de Fortaleza. Enquanto isto voltava à cena a propaganda enganosa dizendo que a água do CAGECE era potável. Com certeza, o presidente da CAGECE e o governador do PSDB não tomavam daquela água. Para os abastados, havia a água mineral. É bom lembrar que a iniciativa privada do setor de água mineral obteve lucros fabulosos neste período, por exemplo a Indaíá.

Como a maioria da população das favelas não tem acesso à água mineral, só restava consumo da água de cacimbas, saturadas de coliformes fecais e vibriões coléricos.

Hoje a água do CAGECE voltou a ser potável, porém o racionamento ainda continua. O que significa que o problema não foi totalmente resolvido.

O grande responsável por doenças como a cólera é a situação de extrema miséria a que está submetida a maioria

ds população das grandes cidades nordestinas. A luta contra a cólera é também a luta contra a miséria. Esta vem se acentuando pelas medidas de arrocho salarial, desemprego e o brutal aumento do custo de vida, impostas pelo governo Itamar e os partidos patronais como o PMDB, PSDB etc.

As massas faveladas devem se aliar ao proletariado, única classe capaz de a partir da revolução social impulsionar um programa de obras públicas (livre do superfaturamento das empreiteiras), de saneamento e moradia. A luta instintiva dos explorados em defesa das reivindicações mais elementares (saúde, salário, emprego, educação) deve dar lugar à luta política contra o Estado que oprime a maioria da população. A cólera, como outras tantas doenças, será erradicada com o fim da miséria social.

Denúncia



Apeoesp

O resultado da Assembléia Estadual e a necessidade de colocar a classe em ação

A assembléia do dia 18 foi esva-ziada. A convocatória ficou quase que restrita aos representantes de escola, foram raras as escolas que conseguiram se reunir para se posicionar perante a política salarial do governo. Por parte da diretoria da Apeoesp, não houve nenhum empenho para que houvesse uma grande assembléia, que pudesse de fato abrir a campanha salarial.

Nas escolas, há um clima de descontentamento, de incerteza sobre o salário após a conversão em URV e, ao mesmo tempo, uma acomodação do professorado. Essa contradição deve-se em grande parte aos problemas oriundos da greve passada, onde se esticou o ano letivo até fevereiro, com descontos parcelados etc. A falta de uma avaliação política mais consequente do movimento, por parte da diretoria, coloca o professorado numa posição de apatia perante as novas ações de Fleury.

A reação do magistério deveria ser o inverso, pois as condições objetivas são extremamente favoráveis à mobilização. Isto porque os salários continuam muito baixos, mesmo com a reposição dos 324% parcelados. A conversão em URV, demagogicamente anunciada como o pico, não atingirá o piso de 2 salários mínimos. A brutal elevação dos preços das mercadorias, transportes etc empurrará um grande contingente de professores a se somarem com a camada de trabalhadores miseráveis. Portanto, os fatos revelam que há motivos de sobra para se colocar em luta. Porém, os professores se vêm impotentes para derrotar a política salarial de Fleury. Essa fragilidade só pode ser revertida a partir da ação de uma diretoria disposta a politizar a classe e empenhada ao extremo na política de combater a fundo o governo que destrói a educação.

Mas não é isso que ocorre. A diretoria da Apeoesp, após a greve, retomou as suas velhas propostas de unidade com todos os setores sociais. Para isso, relançou a chamada "Educação no Centro das Atenções", onde busca o apoio dos empresários na tentativa de blo-

quear o sucateamento do ensino gratuito. Essa experiência o professorado já fez e denunciou na greve de 79 dias em 1994. Nenhum empresário da Fiesp, OAB e Igreja se colocaram por enfrentar o governo que reprimia violentamente os docentes (na ocupação da Assembléia Legislativa, Palácio dos Bandelrantes e Praça da República). O que prova que a diretoria não quer mobilizar seriamente o professorado para combater Fleury. Nesse sentido, aproveitou-se do pequeno número de presentes na assembléia para defender o rebaixamento de nossa pauta de reivindicação.

O que defendeu a diretoria da Apeoesp?

a) Introduziu na pauta de reivindicação a proposta de três salários mínimos (de emergência). Com o argumento de que era impossível se obter o piso do Dieese e que a correlação de forças era desfavorável, defendeu a ampliação de 120 URVs anunciadas pelo governo para 194,37.

b) A reposição das perdas salariais, que são volumosas, foi limitada ao período dos dois últimos governos.

Do ponto de vista da melhoria do salário, a pauta aprovada foi a negação das reais necessidades do magistério. As nossas reivindicações históricas foram substituídas pelas propostas "do que é possível conseguir". É claro que não esteve nas propostas da diretoria a organização da classe para ação direta contra o governo. Ao contrário, apostou na desmobilização e, por isso, marcou a próxima assembléia para o dia 29 de abril e em lugar fechado. Portanto, se opondo à realização de uma grande assembléia na Praça da República no dia 14 de abril.

Qual foi a proposta de combate ao Plano Fernando Henrique Cardoso?

Os discursos contra o Plano econômico e a Revisão Constitucional não saíram do palavreado. Ao invés

de exigir da CUT uma ação centralizada do conjunto dos trabalhadores contra as medidas neoliberais contidas no Plano, a diretoria propôs a participação individualizada dos professores no dia de protesto lançado pela Central. Ou seja, nada de paralisação da classe.

Em relação à Revisão Constitucional, a proposta foi de manter as caravanas a Brasília para pressionar os deputados a não votarem pelo fim das conquistas sociais, como aposentadoria especial, fim da estabilidade do funcionalismo público, fim da aposentadoria por tempo de serviço etc.

O eleitoralismo da diretoria

O que ficou evidente foi o eleitoralismo da diretoria da Apeoesp. Trouxe para a reunião do Conselho estadual (CR) os candidatos petistas para fazer campanha eleitoral (a caça de votos). O candidato ao governo de São Paulo, José Dirceu veio abraçado com Erundina. Não faltaram também os candidatos ao poder legislativo. Utilizam dos mesmos métodos dos partidos burgueses para catar votos dos trabalhadores.

A política da diretoria (Corrente Articulação) para o próximo período será esta. Não é por acaso que se colocou contrária à assembléia na Praça da República, à defesa da greve geral no dia 23 etc. Há um claro abandono da luta direta.

Educação



Educação

Por que defendemos a greve geral e a preparação de uma grande assembléia no dia 14 de abril?

Entendemos que o Plano de Fernando Henrique Cardoso é um duro ataque às condições de vida dos trabalhadores. A conversão pela média trouxe mais arrocho salarial. Nós professores, que já carregamos enormes perdas salariais, ficaremos com um piso de 120 URVs (menos de dois salários mínimos). É um Plano que atende aos interesses do grande capital nacional e estrangeiro. Estes elevaram os preços nas alturas e continuarão lucrando com a crise. É objetivo do governo cortar gastos com saúde, educação (está aí o

Fundo Social de Emergência) e avançar nas privatizações dos setores estratégicos (Petrobrás, Telecomunicações).

Como se vê, não se trata de um Plano para desenvolver a economia do Brasil. Ao contrário, é um Plano recessivo, que imporá mais desemprego. É cópia dos planos que vêm sendo aplicados em outros países latino-americanos. O resultados têm sido mais fome, miséria, desemprego e abertura da economias nacionais aos países imperialistas. O que ocorre na Argentina serve de exemplo para mostrar o grau de sangria que se impôs sobre o país. No Brasil não será diferente com a URV (o dólar disfarçado).

A luta contra esse Plano antinacional e antipopular do governo tem que ser do conjunto dos trabalhadores. Daí a importância da greve geral, como método de paralisação da produção e ação coletiva dos explorados para destruir as medidas. Colocamos radicalmente con-

trários às emendas ao Plano. Isto porque significa sustentar um Plano neoliberal.

Em relação a nossa campanha salarial, defendemos a manutenção de nossas reivindicações históricas e a preparação de uma grande assembléia no dia 14, na Praça da República, para avaliar a resposta de Fleury e decidir o rumo do movimento. Daí a importância de uma boa preparação (convocação, reuniões por escola, assembléias regionais etc) para a assembléia estadual. Esse é o caminho para modificar o ânimo da classe, que no passado já deu exemplo do combatividade.

A Corrente Proletária na Educação estará no dia 9 de abril discutindo com os professores a política da Articulação (diretoria da Apeoesp) e debatendo as nossas posições para a Campanha Salarial, Congresso da CUT e Eleições para o Conselho de Representantes. A reunião será às 16 horas, na sub-sede da Apeoesp, Rua Clélia 884.

Educação

Protestos de Estudantes secundaristas na Zona Norte



Estudantes secundaristas do Colégio Estadual Padre Antônio Vieira, Santana, Capital, em 17 de março, fizeram um grande protesto contra a direção do colégio, por terem sido lesados no pagamento da carteira de passe escolar.

A direção cobrou pela mesma 5 mil cruzeiros reais, quando o preço real era de 3.600,00. Embora insistissem na devolução da diferença, a diretoria

negava fazê-la.

Nesse dia, no primeiro período de aulas, três representantes da UBES compareceram ao Colégio para junto com os alunos tentarem solucionar o problema. A diretora, Eliana, usando de forte repressão, impediu-os de qualquer ação chamando a P.M. (polícia), que os retirou do local. Revoltados com mais essa violência, todos os alunos saíram das salas de aula e se reuniram no pátio interno.

Os estudantes, com muitas valas e gritos, protestaram contra a ação repressiva e exigiam imediata devolução do dinheiro já pago. Somente com a chegada de uma equi-

pe de jornalistas e percebendo que perdera o controle total sobre os estudantes, foi que a diretora resolveu devolver o dinheiro. A união coesa dos estudantes no movimento venceu a repressão e exploração.

O que ocorreu nesta escola não é um fato particular mas sim uma ação generalizada dos diretores de escolas. Estes agem repressivamente sobre os estudantes. Daí a importância da organização dos grêmios livres, organismos da luta estudantil contra todos os atos violentos e em defesa da escola pública e gratuita.

A greve dos professores do Ceará

Os professores estaduais e municipais permaneceram em greve por quase 2 meses (55 dias). A paralisação atingiu a maioria das escolas da rede pública.

A principal reivindicação dos docentes é o piso salarial (três salários mínimos e meio) do magistério, conquistado na luta e negado pelo governo Tasso, sendo o

arrocho salarial aprofundado pelo atual governo (PSDB).

Numa atitude tipicamente fascista, o governador Ciro (PSDB) se negou a negociar com os grevistas. O prefeito Cambraia fez uma proposta que não atendia às necessidades dos grevistas.

O governo do Estado e a prefeitura de Fortaleza, rivais na política burguesa local, estão unidos quando se trata de sucatear a escola pública. Em câmbio dizem que não há dinheiro para atender as reivindica-

ções dos grevistas.

O que não podem esconder é que gastam milhões com propaganda, com subsídios às grandes empresas (inclusive às multinacionais), no fortalecimento da polícia militar (especialmente a tropa de choque) etc. Para Cambraia, nunca faltaram verbas para enriquecer as empreiteiras e as empresas de ônibus. São milhões e milhões que saem dos cofres públicos para sustentar a política eleitoral.

A vitória da greve dependia da

unidade com outros setores do funcionalismo, de país e de outros trabalhadores. O isolamento grevista facilitou as ações governamentais de quebra da greve. Apesar das manifestações de rua (passeatas), o professorado não foi a fundo nos métodos de radicalização da greve. A ocupação de órgãos públicos (Secretaria da Educação etc) é uma via para quebrar a intransigência do governo.

É fundamental que se tire as lições desse movimento, como forma de potencializar a classe para os novos embates. Por parte dos governos só virão mais arrocho salarial e sucateamento da escola pública. A política traçada é a de cortes de recursos para a educação e de incentivos à rede privada de ensino.

A defesa consequente da escola pública e gratuita passa pela extinção da rede privada. Não é possível

conviver harmonicamente dois sistemas opostos (o privado e o gratuito), pois o crescimento do privado se faz em detrimento do gratuito. O arrocho salarial e o sucateamento das escolas públicas ocorrem ao mesmo tempo que os governos favorecem a expansão da iniciativa privada. É assim no Ceará e em todos os estados do Brasil.

História do Movimento Operário

Histórico do movimento da União dos Operários em Construção Civil (Rio)

"Aos 18 de março de 1917 na sede da então Federação Operária e a convite da mesma, reuniram-se os companheiros militantes da organização operária abaixo discriminados, com o fim de trocar idéias sobre a possibilidade de reorganizar a então extinta União Geral da Construção Civil, sendo depois de pequena discussão, assentado dar uma reunião no dia 21 de março, às 8 horas da noite, tratando-se desde logo de se fazer os boletins convocatórios a expensas do então Sindicato Operário de Ofícios Vários e contando-se para primeiros sócios com os elementos da construção filiados ao mesmo Sindicato.

"Em 7 de junho deste mesmo ano um horrível desastre veio quebrar a normalidade da vida da associação: tinha ruído por completo o edifício em construção para o New York Hotel, de direção do construtor Antonio Januzi, sepultando nos seus escombros todos os operários que ali trabalhavam, dos quais 43 pereceram.

A atividade que este desastre provocou é difícil enumerar, fizeram comícios de protestos, apesar da coação policial, e na reunião extraordinária dada neste dia ficou plenamente assentado que a associação faria o enterro das vítimas a pé até ao cemitério e a essa triste manifestação, apesar de todos os ardis policiais e de todas as proibições, comparece-

ram para mais de 20.000 pessoas, na sua quase totalidade trabalhadores, realizando-se em pleno cemitério um grande comício de protesto contra a ganância patronal, ocasionadora do desastre.

A associação por meio de subscrições angariou donativos para socorrer as famílias das vítimas e obrigou o construtor a socorrer as mesmas o que fez até janeiro de 1918".

(Extraído do Movimento Operário no Brasil, Edgard Carone)



Ameaças de morte em Osasco

As lideranças da Associação do Jardim Conceição e vizinhanças vão lançar uma Carta Aberta à população denunciando as ameaças de morte que vêm sofrendo. Nesta carta se acusará o prefeito Celso Giglio de mandar os assassinos fazerem as ameaças. Anteriormente, o ex-prefeito Francisco Rossi se utilizou dos mesmos meios para intimidar os sem-teto e evitar as ocupações de terra. Ao invés do prefeito procurar resolver o problema da população empobrecida e dos

bairros operários, aplica a violência reacionária.

A Associação, com a Carta Aberta, pretende denunciar o fato e convocar os moradores a defenderem as lideranças ameaçadas. Serão convocadas assembléias populares para discutir a auto-defesa. Sem se preservar a vida dos lutadores, não é possível organizar o movimento popular contra o poder violento da burguesia. A Associação também exigirá da CUT uma tomada de posição contra o prefeito fascinora.

Está aí mais uma razão porque é necessário formar os comitês de luta contra a opressão social e política. Todas as correntes de esquerda, sindicatos, CUT e os movimentos devem constituir estes organismos permanentes de defesa da militância e das reivindicações dos trabalhadores.

Escreva para o jornal Massas, que defende a revolução e a ditadura do proletariado

CAIXA POSTAL Nº 01171 - CEP 01059-970 -- São Paulo;

No Nordeste escreva para

CAIXA POSTAL Nº 221 - Fortaleza - Ceará - CEP 60001-970

Têxteis

Por que aumenta a repressão no Grupo Vicunha?

Esta é uma das principais perguntas que os companheiros vêm fazendo dentro das fábricas do grupo Vicunha. A resposta é simples: para poder retomar a sua fatia do mercado, perdida pela fusão da Alpargatas com a Santista.

Por que isso ocorre? A Santista e Alpargatas se prepararam para a unificação. Começaram a modernização do maquinário, aumentaram a produtividade (por exemplo: na Alpargatas formaram os "grupos petit" que concorriam uns com os outros para ver quem produzia mais), demitiram inúmeros operários, fecharam as principais fábricas em São Paulo, aumentando a produção nas empresas do Nordeste (onde não pagam

impostos e o salário é menor) etc. Na linguagem dos patrões isto significa enxugar, ou seja produzir bem e pagar pouco. Depois dessa operação, iniciou-se a unificação. Uma jogada para ter nas mãos todo o processo de produção, desde a fiação até a confecção de jeans. Certamente, diminuindo o custo da produção.

Com isso, o grupo Vicunha começa a perder sua posição no mercado, que antes era o único a ter o controle total do processo de produção. Agora, com a unificação Santista/Alpargatas, a Vicunha não conseguiu acompanhar a modernização do maquinário. Por isso, tenta de todas as formas aumentar a produtividade através do aumento do ritmo de produção.

Como isto ocorre na Vicunha: 1) Demite-se um bom número de funcionários, obriga o restante a dar a mesma produção; 2) aumenta a pressão para que não haja atrasos (se os operários chegarem atrasados, terão que com-

pensar as horas e o domingo); 3) aumenta a pressão para não irem ao médico (os atestados devem ser acompanhados da receita, da bula e do remédio); 4) aumenta a pressão para que ninguém saia do pé da máquina (não pode tirar dinheiro no caixa eletrônico durante o expediente); 5) ameaça com a demissão.

A Vicunha está inaugurando novas fábricas no Nordeste e instalando máquinas mais modernas. Existe também a possibilidade de fechamento de fábricas em São Paulo. Como devemos nos preparar?

É necessário começar a mobilização pelo fim das horas-extras, o fim da repressão, melhores condições de trabalho e um salário digno. A diretoria do sindicato não tem feito nada. Agora sua única preocupação é ganhar as eleições. A Oposição "Têxteis da CUT" vem se reunindo para preparar a nossa luta. Participe! Não deixem que os patrões destrua nossas vidas!

Têxteis

Pelego esconde edital para impedir que a Oposição concorresse às eleições

A diretoria do Sindicato dos Têxteis de São Paulo resolveu esconder o edital de convocação das eleições e inscrever a chapa no último dia. Nesse mesmo dia (18/3), soltou um edital no Estadão declarando a existência de chapa única.

Isto não é novidade. Os pelegos sempre utilizam desse artifício para impedir que seus opositores participem do processo eleitoral. Quando o movimento de Oposição consegue descobrir com antecedência, os pelegos escondem as listas de filiados, impedem a formação

de comissão eleitoral, eleita em assembleia, para impulsionar todo o processo eleitoral etc. Quando a categoria já não aceita a diretoria corrompida, ou seja, não conta com o apoio dos operários, aí que impede qualquer ação da Oposição. Foi o que ocorreu em nosso sindicato.

O fato da diretoria utilizar desses artifícios demonstra que está totalmente apodrecida. O que quer é preservar suas regalias. Em vez de usar o cargo de diretor para fazer avançar as lutas contra os patrões, este é utilizado para trair a classe. Os conchavos com a patronal, as propinas e o dinheiro que normalmente desviam para si mesmo do imposto sindical e do assistencial (extremamente abusivo) têm sido a prática comum dessa diretoria.

Através dessas eleições fraudulentas, essa mesma corja irá dirigir o sin-

dicato. Até quando iremos tolerar que nos assaltem? Até quando permitiremos que nos "dedem" aos patrões? Até quando irão bloquear a luta?

É por isso que a Oposição Têxtil vem insistindo na organização de um movimento forte e classista. Queremos derrubar esses pelegos do sindicato. Para isso, é preciso iniciar a organização em cada fábricas, construindo os grupos por empresa.

Companheiros, não votemos nesta farsa de eleição. Vamos nos organizar para recuperar o sindicato para a classe. O sindicato é nosso. Esses pelegos se apropriaram e fazem dele um meio de vida. Discutam com os outros companheiros da fábrica e participem da Oposição.

Demissões em Recife

A Souza Cruz demitiu 400 dos 820 empregados da fábrica, que produzia a marca Hollywood. O Sindicato dos Trabalhadores na Indústria do Fumo de Pernambuco se limitou a defender vantagens trabalhistas adicionais, como manutenção da assistência médica por seis meses a um ano, seguro de vida por seis meses e ganhos salariais.

A multinacional prometeu algumas migalhas. E ameaçou depositar em juízo a indenização, caso o sindicato não aceitasse a esmola. Com isso os trabalhadores ficariam sem receber por meses. O patronato fez esta chantagem porque sabia que a burocracia sindical é covarde, interesseira e não organizadora da luta. O mesmo ocorreu recentemente na Lanoflex (indústria metalúrgica).

A prática generalizada das demissões devem abrir os olhos dos trabalhadores. Não temos outra

saída senão ocupar a fábrica, resistir e chamar o apoio de todos os explorados. A luta contra o desemprego está retardatária, devido à colaboração da burocracia. Sem uma resposta nacional e unitária, os patrões arrasam com a vida da família trabalhadora.

Não aceitemos migalhas, defendamos nosso emprego, ocupemos as fábricas, lutemos pela redução da jornada de trabalho para 6 horas diárias.



Inviabilidade da Bolívia Burguesa e de Goni-Patinó

Os antecessores do neto de S. Sanchez Bustamante conspiraram para frustrar o sonho americanista e burguês de Simon Bolívar, dando assim lugar ao advento de um Estado minúsculo assentado em uma opressão brutal e sanguinária sobre as nacionalidades nativas, que amparou, "legalizou" a usurpação das terras das comunidades.

Os setores avançados da feudalburguesia (mais tarde deu nascimento ao liberalismo) se esgotaram no empenho de trazer capital estrangeiro e intrrometeram de sócios dos poderosos empresários. Assim se incorporou a Bolívia tardiamente na economia mundial, o que determinou que não se cumprissem as tarefas democráticas fundamentais, nem pudesse formar uma burguesia nacional, assentada na indústria pesada, dando lugar ao capitalismo atrasado de economia combinada, expressão nacional de maior importância.

A classe dominante copiou servilmente as Constituições das grandes democracias burguesas, sem conseguir pôr em pé uma florescente democracia representativa, pelo atraso, a falta da necessária base econômica, a agudeza da luta de classes, resposta à extrema miséria em que está imersa a maioria nacional. Não houve, não há e nem

haverá democracia burguesa.

A burguesia crioula intermediária e comercial, que vive da esmola imperialista, carece de capacidade para alcançar o desenvolvimento integral e independente do controle da nação opressora, isto porque não pode resolver radicalmente o problema da terra e das nacionalidades nativas. Seria absurdo considerar que tudo se dá porque Goni tem alugado os serviços de seu criado Cárdenas, o "felipillo" destes dias.

A nação que nasceu contra as tendências dominantes da história, que não conseguiu estruturar-se como Estado soberano, que não liquidou o pré-capitalismo, é inviável. Seu destino é ser destruída pela revolução proletária e pela autodeterminação de aymaras, quechuas, guaranis etc.

Mas tão pouco é viável Goni-Patinó, como cabeça do Estado burguês soberano, pujante, capaz de desenvolver o conjunto da economia e converter-se em um sério competidor no mercado internacional. Não tem capacidade nem vontade para liberar-se do imperialismo, vive sob sua tutela e sua missão é a de cumprir aplicadamente suas exigências, que obedecem a uma política antinacional, antipopular, antioperária.

Não é o político e estadista capaz de

pôr em pé um país livre da opressão imperialista, se esgota na pequena política, própria de uma burguesia em decadência e desintegração.

Já não há tempo e nem possibilidades materiais para o florescimento de uma Bolívia capitalista e poderosa, movendo-se no marco de uma ampla democracia representativa. Nossa época é a do fim da ordem social burguesa em escala mundial, como evidencia o rápido fracasso do neoliberalismo, que rapidamente está agravando todos os males do capitalismo em decomposição.

Assim, a revolução proletária e a autodeterminação das nacionalidades nativas aparecem como uma necessidade histórica que as classes sociais exploradas e os partidos têm que materializar.

(Extraído do Jornal Massas, n. 1370- Órgão Central do Partido Operário Revolucionário Bolívia)

Internacional



Campanha do POR- Boliviano

Governo Assassino e antinacional usa bala e destrói cocais

Não se conhecem informes definitivos dos últimos encontros no Chapare entre cocaleiros (camponeses plantadores de coca) armados de espingardas e as tropas de UMOPAR e da DEA, armadas até os dentes.

Os assaltantes e destruidores da folha de coca têm usado inclusive heli-

cópteros para bombardear os camponeses que saíram a defender seus semeadouros do vandalismo oficialista.

O governo burguês chega ao crime para cumprir ordens do imperialismo ianque. A bala busca materializar a "opção zero" ou destruição física dos cocais classificados como excedentes.

A resposta: armar-se e sair a luta contra a barbárie movimentista.

Generalizar a luta para impor:

· livre cultivo, comercialização e industrialização da folha de coca!

Fora da Bolívia os ianques opressores!

(Extraído do Jornal Massas n. 1374- POR Boliviano)

Tropas norte-americanas deixam a Somália

Depois de 15 meses de ocupação militar da Somália, as tropas americanas saem do país, deixando atrás de si centenas de mortos somalis e trinta de seus soldados.

A intervenção militar, mascarada com a campanha humanitária de acabar com a fome na Somália, logo revelou seu objetivo imperialista. Frente à resistência da guerrilha de Mohamed Farah Aldeed, o governo Clinton acabou por enviar 28 mil soldados, que ocuparam praticamente a capital Mogadíscio.

A resistência da guerrilha contou com o apoio de uma grande parcela do povo faminto. Abriu-se um claro confronto entre a nação oprimida e a nação opressora. O

heroísmo do povo somali correspondeu à necessidade da luta anti-imperialista. A fome que devasta a Somália é fruto do controle mundial das riquezas pelas potências. As massas oprimidas não aceitaram o intervencionismo por compreenderem que os Estados Unidos, escudados na ONU, vieram para apolar a facção de Ali Mahdi Mohamed. A vitória de Ali Mahdi fortaleceria o controle interno pelo imperialismo, tornando este líder um fantoche.

Para que houvesse a retirada, o comandante Montgomery obteve a assinatura de uma acordo de paz entre as duas facções em luta. Está claro que esta formalidade não porá fim à guerra civil. É necessário que

o conflito termine com a derrota das posições pró-imperialistas. A retirada norte-americana não significou o fim da opressão militar imperialista. Ainda permanecem 20 mil soldados da ONU. O povo somali tem pela frente a dura tarefa de expulsar totalmente os estranhos de seu país. A luta pela autodeterminação das nações oprimidas contra o imperialismo é parte do programa da revolução mundial socialista.

Coréia do Norte ameaçada de invasão imperialista

O imperialismo norte-americano tem pressionado a Coréia do Norte para que abra suas instalações militares à inspeção da ONU. É certo que a Coréia do Norte desenvolve tecnologia bélica nuclear. O imperialismo, dono de um arsenal que é capaz de destruir várias vezes o planeta, exige o monopólio sobre essas armas, e pressiona os países atrasados para que não possuam nem construam armas atômicas e assim fiquem mais frágeis perante a dominação imperialista.

No último dia 23 de março, os EUA começaram a enviar mísseis Patriot para a Coréia do Sul e o governo desse país reconheceu que fará manobras militares conjuntas com os americanos no fim de abril na região.

Sem o apoio americano, a Coréia do Sul, capitalista, não poderia enfrentar militarmente o Estado burocratizado da Coréia do Norte, de regime ditatorial estalinista, porque possui quase a metade de suas forças e armamentos. Mas há 60 mil soldados americanos fortemente armados no Sul, e esse número pode ainda crescer com o aumento da pressão americana.

O governo chinês tem sido pressionado pelos americanos a interceder junto à Coréia do Norte para que

o país ceda e entregue o controle sobre suas armas atômicas ao imperialismo. A burocracia chinesa volta a trair o proletariado mundial ao assumir a defesa dos interesses do imperialismo e colaborar para aumentar a opressão nacional.

Defendemos o direito de qualquer país determinar por si só quais e quantos armamentos deve produzir. Contra qualquer ingerência do imperialismo, colocamo-nos incondicionalmente ao lado da Coréia do Norte contra os EUA. A luta contra o aumento da opressão nacional nos países atrasados colocará o proletariado à cabeça do movimento antiimperialista e conduzirá à revolução proletária.

Recorde de guerras expressa decadência capitalista

A quantidade de guerras e mortos vem crescendo ano a ano em todo o mundo. Em 1993, foram 29 conflitos, que elevaram o número de mortos desde a 2ª Guerra Mundial para 23 milhões de pessoas. Só nessas 29 guerras em curso, já morreram mais de 6 milhões de pessoas. Onze delas explodiram em apenas dois anos. Desde 1945, já aconteceram 149 guerras. Noventa e dois por cento (92%) desses conflitos ocorreram em países atrasados, o que confirma a análise marxista de que o imperialismo é a época de guerras e revoluções, e que o que está em disputa é o mercado mundial pelos países imperialistas, que não estão ainda em guerra diretamente entre si, mas lutam contra paí-

ses atrasados, como a guerra EUA-Iraque, ou agem por trás desses países, como os conflitos no Oriente Médio entre judeus (apoiados pelo imperialismo) e árabes.

O aumento do número de guerras mostra o estrangulamento crescente do mercado mundial e a incapacidade do capitalismo de resolver os conflitos comerciais decorrentes da crise de sobreprodução. Os acordos comerciais têm fracassado um a um e até as relações bilaterais estão em crise (EUA-Japão, por exemplo).

Por outro lado, a linha de aumentar o controle sobre as economias nacionais de países atrasados através da recolonização tem levado ao agravamento da luta de classes e de etnias. O enfraquecimento dos regimes democráticos burgueses devido à divisão entre suas frações e o desmantelamento do aparato burocrático estalinista têm dificultado a resposta a esses conflitos a partir do estado.

A pretensão norte-americana de que, com a falência do estalinismo e o desmantelamento da URSS, seria possível uma hegemonia tranquila sobre o planeta foi anulada

pela resistência de nações às investidas imperialistas. Assim, operações americanas sofreram com a resistência no Iraque, no Haiti, na Somália e na Bósnia. As intervenções disfarçadas de antitráfico também têm sofrido resistência na Bolívia e na Colômbia. É indispensável o choque entre nações oprimidas e opressoras.

Como a crise prossegue e não dá indícios de recuar, o imperialismo deve prosseguir pressionando em todos os cantos pela aplicação da linha neoliberal aos países atrasados. No México isso resultou recentemente em uma explosão armada da guerrilha zapatista. As tendências bélicas tendem a se acirrar.

A única forma de evitar a ampliação da destruição física das massas pela guerra de rapina imperialista é lutar incansavelmente para destruir o capitalismo e implantar o socialismo, o que só pode ser feito pelo internacionalismo proletário. É parte essencial desta luta a defesa da autodeterminação dos povos oprimidos e a resposta antiimperialista contra a opressão nacional.

